

SEMINÁRIO PERMANENTE DE HISTÓRIA DO BRASIL

A EMIGRAÇÃO INSULAR PARA O BRASIL E A PRODUÇÃO CENSITÁRIA NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS (1747-1820)

Paulo Silveira e Sousa
Instituto Universitário Europeu de Florença / CHAM

Resumo / Abstract

Desde os finais do século XVI que a ocupação ultramarina se desenvolveu através da transferência de população dos lugares de povoamento mais antigo para os territórios de colonização mais recente. Neste processo, os arquipélagos atlânticos, enquanto fronteiras do espaço de influência metropolitana, tiveram um papel decisivo, provendo com sucessivos contingentes de população várias áreas do Brasil. Durante o século XVII as saídas de açorianos tomaram um maior incremento e regularidade. Contudo, o grande crescimento da emigração ocorreu a partir do início de Setecentos, acompanhando a descoberta e a exploração do ouro e dos diamantes, cuja extracção se consolidou a partir de 1730. O alargamento e ocupação do território brasileiro mobilizaram, assim, ao longo do século XVIII, um esforço em gente e recursos que superou em muito os anteriores encargos de povoamento das Ilhas Atlânticas, de domínio da Costa de África e de organização do Estado da Índia.

Desde o século XVII consolidou-se um modelo de migração transatlântica assente em alistamentos oficiais ou autorizados pela burocracia régia, bem como no transporte de pessoas através de contratos, ou da concessão de privilégios comerciais a negociantes e armadores. Juntamente com famílias, indivíduos isolados ou indocumentados, partiam também importantes contingentes de recrutas. Nos fluxos setecentistas encontrámos, deste modo, a emigração livre de particulares e indivíduos isolados, a partida organizada administrativamente de pessoas e casais, e a saída indocumentada e clandestina. A primeira e a terceira iriam dirigir-se, sobretudo, para as zonas de mineração, fazendo apertar formas de controlo e, mesmo, algumas proibições oficiais. Nas regiões de fronteira, no sul do Brasil, os incentivos da Coroa visavam o povoamento definitivo por casais, enviados e enquadrados pelas autoridades administrativas e militares.

Estes movimentos de população estavam associados à necessidade de consolidar a presença portuguesa em áreas ainda em disputa com outras potências europeias. Na década de 1720 seriam feitas algumas tentativas goradas para o transporte de casais para o sul do Brasil e colónia do Sacramento, obedecendo já a desígnios de expansão e consolidação da presença portuguesa no Rio da Prata. Entre 1746-1747 e 1756 seria organizado um vasto processo de emigração de casais açorianos, tendo novamente como principal destino as regiões meridionais, causa de recorrentes litígios com a Coroa espanhola. Posteriormente a 1766 registaram-se alterações nas políticas seguidas. Às restrições legais juntar-se-ia, num processo mais lento, e que acentuaria após a criação da capitania-geral dos Açores em 1766, a elaboração de censos, arrolamentos e relatórios que através da recolha de ordens de grandeza procuravam informar, regular e orientar a actividades das autoridades. Porém, se as autoridades régias tentavam regular os fluxos, a verdade é que também o faziam para melhor os poderem aproveitar para fins de povoamento, ocupação territorial e domínio militar. Após 1766 e até poucos anos antes da independência do Brasil, em 1822, a Coroa não tornaria a desenvolver vastos processos de alistamento, embarque e colonização como os de 1746-1756. Contudo, as autoridades régias

nunca deixaram de tentar influenciar os movimentos populacionais do arquipélago, continuando a utilizar as gentes das ilhas para objectivos de natureza política, militar e de consolidação da presença portuguesa noutras áreas do Brasil.

* * *

Paulo Matos
CHAM

Resumo / Abstract

A partir da segunda metade do século XVIII a administração ultramarina portuguesa passou a exigir um conhecimento cada vez mais detalhado e sistemático dos habitantes dos seus domínios e respectivos movimentos anuais. Esta tendência enquadra-se no domínio da *Aritmética Política*, cujos efeitos se fizeram sentir em Portugal ao longo do século XVIII. Tal como em outras potências imperiais europeias o reforço do papel do Estado passaria por um controle cada vez mais sistemático da população, produção, finanças e estado do exército.

No caso do Brasil, porém, a necessidade de conhecer o efectivo demográfico assumia particular importância no contexto da ocupação das fronteiras (Tratado de Madrid, 1750). A tensão com a Espanha levou a Coroa portuguesa a diligenciar o povoamento e a defesa de vastos territórios, com recurso às gentes dos arquipélagos dos Açores e Madeira, o que culminaria com o grande recrutamento de 1747. Curiosamente esta é a data do primeiro levantamento populacional de carácter geral disponível para os Açores.

Esta comunicação procurará caracterizar as principais etapas da produção estatística no Atlântico português, tentando relacioná-la com as necessidades específicas da Coroa – habitantes, recrutas e previsões fiscais – na sequência da ocupação do Sudeste brasileiro.